



GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

experiências e desafios

CATARINA ALMEIDA MARADO
TERESA VALENTE
JOÃO PEDRO BERNARDES
(editores)



UALg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE



Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património

GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

experiências e desafios

CATARINA ALMEIDA MARADO
TERESA VALENTE
JOÃO PEDRO BERNARDES
(editores)

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Gestão do Património Cultural.
Experiências e desafios

EDITORES

Catarina Almeida Marado
Teresa Valente
João Pedro Bernardes

TEXTOS

Ana Pereira Roders
Ana Tarrafa Silva
Blanca del Espino Hidalgo
Catarina Almeida Marado
Catarina Oliveira
Isabel Valverde
João Pedro Bernardes
Miguel Reimão Costa
Patrícia Dores
Susana Araújo
Tânia Rodrigues
Teresa Valente
Tiago Candeias
Vitor Ribeiro

DESIGN GRÁFICO
TVM Designers

IMAGEM DA CAPA
CIIPC/CMVRS

IMPRESSÃO

Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN [EDIÇÃO IMPRESSA]

978-989-9023-62-8

DEPÓSITO LEGAL 490388/21

ISBN [EDIÇÃO DIGITAL]

978-989-9023-63-5

DOI 10.34623/vt4s-7r64

<https://doi.org/10.34623/vt4s-7r64>

EDIÇÃO

Universidade do Algarve –
Centro de Estudos em Arqueologia,
Artes e Ciências do Património
© 2021

ÍNDICE

- Introdução: as *Aulas Abertas* de Gestão do Património Cultural como espaço de partilha e discussão
004 CATARINA ALMEIDA MARADO — TERESA VALENTE — JOÃO PEDRO BERNARDES
-
- Taxonomias do significado cultural do património: valores e atributos
010 ANA TARRAFA SILVA — ANA PEREIRA RODERS
-
- Salvaguarda, valorização e reutilização do património: a experiência dos edifícios monástico-conventuais
032 CATARINA ALMEIDA MARADO
-
- A importância do arquivo na fundamentação de propostas de carácter urbanístico: duas experiências em Faro
066 TERESA VALENTE — TÂNIA RODRIGUES
-
- Ciudades medias patrimoniales en el sur de Portugal: equilibrio y sostenibilidad de un patrimonio urbano-territorial
086 BLANCA DEL ESPINO HIDALGO
-
- Património e desenvolvimento local das áreas de baixa densidade: uma leitura a partir dos programas de reabilitação e revitalização em rede de pequenos aglomerados rurais
126 VÍTOR RIBEIRO — MIGUEL REIMÃO COSTA
-
- Novas experiências na investigação, interpretação e usufruto do património em Cacela
158 CATARINA OLIVEIRA — PATRÍCIA DORES — SUSANA ARAÚJO
-
- «Na prática a teoria é outra»: um contributo para a implementação de metodologias adequadas de intervenção no património
190 ISABEL VALVERDE
-
- Conectar os jovens ao património através do Minecraft: uma aproximação a novas abordagens de educação patrimonial
220 TIAGO CANDEIAS
-

**SALVAGUARDA,
VALORIZAÇÃO
E REUTILIZAÇÃO
DO PATRIMÓNIO:
A EXPERIÊNCIA
DOS EDIFÍCIOS
MONÁSTICO-
-CONVENTUAIS**

CATARINA ALMEIDA MARADO

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve

INTRODUÇÃO

Considerados como «exemplos patrimoniais clássicos»¹, os edifícios monástico-conventuais são peças fundamentais da história do Património Cultural em Portugal. Foram dos primeiros imóveis a ser classificados como *Monumento Nacional* no início do século XX e hoje representaram uma parte significativa do património imóvel português, constituindo cerca de um terço do património religioso que, por sua vez, é o segundo maior grupo dos bens classificados (representando 31,1% do total)² e também aquele que contém um maior número de edifícios listados como *Monumento Nacional* (40%)³. Para além disso, do total de 16 bens culturais materiais inscritos por Portugal na lista do Património Mundial, cerca de um terço (cinco) são edifícios monástico-conventuais.

Construídos a partir do século XI, muitos deles com antecedentes em anteriores fundações, os antigos mosteiros e conventos acompanharam a história do país ao longo dos vários séculos, sofrendo diversas transformações em consequência, quer das destruições, quer das reformulações de que foram alvo. No século XIX, com a extinção das ordens religiosas e a consequente desamortização dos seus bens, estas transformações atingiram o auge, abrangendo todos os extintos mosteiros e conventos, sem exceção. Em consequência disso, alguns deles acabaram por ser demolidos, no todo ou em parte, para dar lugar ao crescimento e renovação das áreas urbanas, enquanto uma larga parcela foi utilizada para os mais diversos usos, públicos ou privados. Foi, no entanto, no seguimento da sua secularização que estes imóveis começaram a ganhar reconhecimento enquanto *Monumentos Nacionais* e a ser alvo de algumas operações de conservação e restauro, em paralelo com o despertar da consciência patrimonial em Portugal.

Começando por fazer uma breve contextualização histórica e caracterização desta tipologia arquitetónica, este texto pretende abordar o reconhecimento do significado cultural destes edifícios numa perspetiva histórica, para depois se concentrar

¹ CALADO, PEREIRA, LEITE, 2002, p. 5.

² Património construído classificado em Portugal (dados de 2019): «arquitetura civil» (49%), «arquitetura religiosa» (31,1%), «arqueologia» (12,4%), «arquitetura militar» (6,4%), «arquitetura mista» (1,1%). INE (2020).

³ Seguido pela «arquitetura civil» com 22%. BERNARDES, MOREIRA, OLIVEIRA, 2014, pp. 36-37.

na análise de alguns dos casos mais emblemáticos das intervenções de reutilização realizadas nestes bens imóveis desde as últimas décadas do século XX até à atualidade, considerando ainda, o contexto em que estas foram executadas, sendo que a grande maioria foi efetuada no âmbito de programas implementados pelo Estado Português ou com a intervenção deste.

1. MOSTEIROS E CONVENTOS: DA FUNDAÇÃO À EXTINÇÃO

Em Portugal, entre o século XI e a primeira metade do XIX, foram fundados mais de 500 mosteiros e conventos por comunidades pertencentes às mais diversas ordens e congregações religiosas que se distribuíram por todo o território português⁴. Em função dos diferentes ramos e tendências das distintas ordens religiosas, cada uma das comunidades vivia uma religiosidade própria, que se materializava nos seus edifícios. Nesse sentido, as suas casas – mosteiros, conventos, colégios, hospícios ou eremitérios – podiam assumir diferentes dimensões, múltiplas formas e distintas linguagens arquitetónicas. Estas eram, obviamente, influenciadas também pelos diferentes contextos políticos, económicos, sociais e culturais em que foram construídas ou reformuladas. Apesar disso, elas seguiam, no geral, uma tipologia arquitetónica específica, constituída por três elementos principais: a igreja, as dependências monástico-conventuais e a horta. A igreja, enquanto espaço de contacto com o exterior, era o elemento de maior importância; as dependências constituíam os espaços onde vivia a comunidade e organizavam-se em redor de um ou mais claustros, dependendo da dimensão da casa religiosa; finalmente, a horta integrava uma diversidade de espaços de cultivo que asseguravam a subsistência da comunidade, permitindo-lhe também usufruir da natureza.

Ao longo dos muitos séculos da sua existência, estes edifícios sofreram diversos danos e posteriores reconstruções, foram também sucessivamente

⁴ Sobre as ordens religiosas em Portugal ver SOUSA, 2005 e FRANCO, MOURÃO, COSTA, 2010.

ampliados e reformulados em função quer do crescimento da comunidade religiosa e das suas valências, quer da atualização das linguagens arquitetónicas e artísticas. Porém, foi a abolição das ordens religiosas que lhes causou um maior número de transformações. Em 1834, o Decreto de 30 de maio determinou a extinção de todas as casas masculinas existentes no território português e a incorporação de todos os seus bens na Fazenda Nacional⁵. No entanto, o encerramento das casas religiosas havia começado muito antes, em função da aplicação de legislação anterior que teve como objetivo impor restrições ao funcionamento das mesmas, quer limitando o número de noviços e noviças a entrar nos mosteiros e conventos⁶, quer encerrando aqueles que tivessem menos de doze religiosos⁷. Apesar disso, o processo de extinção das ordens religiosas prolongou-se até ao início do século XX, dado que cada casa feminina só era encerrada após a morte da última religiosa.

Depois da extinção de cada uma das casas religiosas, deu-se início à tomada de posse, inventariação e avaliação dos seus bens segundo duas principais categorias: bens móveis e bens imóveis. Os primeiros eram constituídos pelos mais variados bens de uso comum, obras de arte, bibliotecas, utensílios de culto divino e objetos de ouro, prata e jóias, enquanto os segundos, que perfaziam a maior parte da riqueza dos institutos religiosos, incluíam os chamados bens de raiz (os edifícios monástico-conventuais e outras propriedades urbanas ou rústicas) e também os foros, laudémios, censos, pensões e juros.

Na categoria dos bens imóveis, o processo de gestão dos edifícios monástico-conventuais iniciou-se com a procura de um destino para as suas igrejas, procurando verificar as que poderiam ser mantidas ao culto. Entretanto, todos os bens imóveis das extintas ordens religiosas já tinham sido integrados nos Bens Nacionais e enquanto não se definiu o seu destino foram administrados pelo

⁵ «Art. 1.º Ficam desde já extintos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes e domínios portugueses todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra; Art. 2.º Os bens dos conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer casas de religiosos das Ordens regulares, ficam incorporados nos próprios da Fazenda Nacional.» Decreto de 30 de maio de 1834.

⁶ Decreto de 23 de março de 1821 e Decreto de 21 de agosto de 1822.

⁷ Decreto de 9 de agosto de 1833.

Estado, que os cedeu provisoriamente ou os arrendou a particulares. No entanto, esta solução de recurso resultou em graves danos para os imóveis, pelo que se tornou necessário uma tomada de posição urgente quanto ao destino a dar-lhes, tendo sido então decidida a sua alienação⁸.

Em 1835, a Carta de Lei de 15 de abril determinou a venda em hasta pública de todos os bens de raiz nacionais de qualquer natureza, dos quais faziam parte os das extintas ordens religiosas⁹. Permitiram-se, no entanto, algumas exceções, esclarecidas no artigo 2.º, onde se referia que seriam retirados da venda os imóveis considerados necessários para o serviço público, as fábricas necessárias para promover a indústria, as matas, pinhais e arvoredos necessários para novas plantações, os edifícios necessários para o Exército e Marinha, e também os edifícios aos quais fosse atribuído um valor histórico ou artístico. Foi deste modo que foram retirados da lista de bens a levar à hasta pública aqueles que se entenderam necessários para alguns dos fins citados. Todos os outros foram colocados à venda, num processo gerido pela Junta do Crédito Público que se iniciou em 1 de julho de 1835¹⁰ e que foi posteriormente regulamentado por uma série de leis que procuraram encontrar o modo de conseguir vender o maior número de bens.

Face ao fracasso das vendas, os sucessivos governos, principalmente a partir de 1836, demonstraram interesse nestes imóveis, nomeadamente para a sua utilização em prol do interesse das populações e do funcionamento do próprio Estado. Começou então a sua distribuição pelas diferentes áreas da Administração Pública, através de cedências, doações ou vendas simbólicas. Nesta data, tomou-se consciência do enorme potencial destes imóveis enquanto espaços bastante versáteis, quer pela sua grande dimensão e características arquitetónicas, quer pela diversidade de localizações que apresentavam. Aos pedidos para a instalação dos mais diversos usos públicos – desde quartéis, hospitais, escolas, tribunais ou serviços administrativos – sobrepunham-se muitas vezes as vontades dos particulares interessados na utilização destes imóveis, principalmente como fábricas

⁸ SILVEIRA, 1980. Sobre o processo de gestão dos bens imóveis das extintas casas religiosas no Algarve ver MARADO, 2010.

⁹ SILVA, 1984a; SILVA, 1984b.

¹⁰ A data de início da venda dos bens nacionais não foi a mesma para todos os distritos. Sobre este assunto ver SILVA, 1984, p. 180.

ou edifícios de habitação. Entretanto, alguns deles acabaram por ser demolidos para dar lugar a novas construções ou para desimpedir a circulação viária e permitir a renovação e o crescimento das áreas urbanas¹¹.

2. RECONHECIMENTO DE VALORES E MEDIDAS DE PROTEÇÃO: UMA BREVE PERSPETIVA HISTÓRICA

Apesar do indicado na Carta de Lei de 15 de abril de 1835 relativamente aos edifícios que deveriam ser excecionados da venda face aos seus valores históricos e artísticos e da tentativa, realizada no ano seguinte¹², de elaboração de uma listagem dos extintos mosteiros e conventos que fossem considerados notáveis, nenhuma medida foi efetivamente tomada no sentido do reconhecimento do seu valor e da sua proteção. Assim, a classificação destes edifícios iniciou-se apenas em 1907, com a publicação do Decreto de 10 de janeiro que classificou o Mosteiro da Batalha, o Mosteiro dos Jerónimos, o Convento de Cristo em Tomar, o Mosteiro de Alcobaça, o Convento de Mafra, a Igreja do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, a Basílica do Coração de Jesus em Lisboa (igreja do Convento do Santíssimo Coração de Jesus) e as ruínas da Igreja do Convento do Carmo em Lisboa como *Monumentos Nacionais* (MN)¹³. Este conjunto de oito edifícios, juntamente com outros seis classificados nesse mesmo decreto – que eram na maioria sés catedrais – e com o Castelo de Elvas que havia sido classificado um ano antes¹⁴, foram assim os primeiros imóveis a receber o reconhecimento dos seus valores culturais e conseqüentes medidas de proteção.

Mais tarde, em 1910, todos eles foram integrados naquela que ficou conhecida como a primeira lista de classificação do património em Portugal e que reuniu 455 imóveis organizados em três grandes grupos.¹⁵ Esta continha um item dedicado

¹¹ MARADO, 2014, pp. 164-253.

¹² *Diário do Governo*, Lisboa, n.º 51, 1836. ROSAS, 1995, p. 46.

¹³ Decreto de 10-01-1907, DG n.º 14, de 17-01-1907.

¹⁴ Decreto de 27-09-1906, DG, n.º 228, de 9-10-1906.

¹⁵ 'Monumentos pre-historicos' (13%), 'Monumentos Lusitanos e Lusitano-romanos' (10%) e 'Monumentos medievaes, do renascimento e modernos' (77%). CUSTÓDIO, 2008, pp. 435-436.

especificamente aos *Mosteiros*¹⁶ no qual estavam listados 16 imóveis, que perfaziam 10% do total dos bens classificados na categoria dos *Monumentos religiosos*. Porém, para além destes, nesta vasta lista de edifícios encontravam-se ainda vários outros antigos mosteiros e conventos, incluídos, no seu todo ou em parte, noutros itens dessa mesma categoria. Por exemplo, no item dedicado às *Igrejas* encontrava-se um conjunto de igrejas monástico-conventuais e nos itens dedicados às *Capellas*, aos *Cruzeiros* e aos *Túmulos e Sepulturas* estavam listados vários elementos que pertenciam aos antigos mosteiros e conventos. Outros, porém, tinham sido incluídos noutras categorias, como é o caso do edifício do *Collegio do Espírito Santo* em Évora, listado no item de *Paços de Universidade* da categoria de *Monumentos Cívicos*. Assim, embora a maioria dos edifícios monástico-conventuais não tenha sido listada como tal, estes acabaram por perfazer uma parte significativa dos bens incluídos nesta primeira lista de classificação do património.

Nesta data, os valores atribuídos a estes imóveis – tal como a todos os outros – eram, em primeiro lugar, a sua antiguidade e a sua associação a importantes factos e personagens dos períodos áureos da história da nação e, em segundo lugar, as suas qualidades artísticas, nomeadamente aquelas que traduziam uma especificidade nacional¹⁷. Tal como referido na legislação de 1836, anteriormente citada, eles eram valorados «pela época da sua fundação, factos históricos com que têm íntima relação, monumentos fúnebres ou relíquias d'homens celebres que encerrão, ou finalmente pela sua architectura»¹⁸, ou seja pelos seus valores históricos e estéticos.

Para além disso, nesta data, na larga maioria dos casos, apenas era valorado – e consequentemente classificado – um determinado elemento do edifício monástico-conventual (como um túmulo, uma capela, a sua igreja, ou parte dela) enquanto objeto singular de representação de um determinado acontecimento ou personagem da história da nação, ou enquanto peça de valor artístico associada a um determinado período histórico.

¹⁶ No grupo relativo aos 'Monumentos medievaes, do renascimento e modernos', encontrava-se uma categoria destinada aos 'Monumentos religiosos', da qual fazia parte um item relativo aos 'Mosteiros'.

¹⁷ ROSAS, 1995; CUSTÓDIO, 2008.

¹⁸ *Diário do Governo*, Lisboa, n.º 51, 1836.

A partir da década de 30 do século XX, o surgimento de um novo grau de classificação – *Imóvel de Interesse Público* (IIP), levou a que a partir daí os imóveis classificados como tal fossem, em média, cerca de dez vezes mais do que aqueles classificados como MN¹⁹, sendo que na atualidade correspondem a cerca de três vezes mais²⁰. Neste contexto, também muitos antigos mosteiros e conventos receberam este grau de classificação um pouco por todo o país. Segundo Jorge Custódio²¹, entre os critérios de seleção dos bens deste grau de classificação encontrava-se o *interesse turístico*, atribuindo-se assim um valor económico a estes bens, embora este não se encontrasse ainda formalmente declarado.

A partir da década de 80, o forte aumento do número de bens classificados, refletiu-se também, obviamente, na quantidade de edifícios monástico-conventuais que receberam esse reconhecimento, tendo alguns deles sido incluídos na lista do Património Mundial, nomeadamente o Convento de Cristo em Tomar, o Mosteiro dos Jerónimos (e Torre de Belém) em Lisboa e o Mosteiro da Batalha (fig. 1) em 1983, o Mosteiro de Alcobaça (fig. 2) em 1989, e o Real Edifício de Mafra, incluindo o Palácio, a Basílica, o Convento, o Jardim do Cerco e a Tapada (fig. 3) em 2019.

Paralelamente, ocorreu ainda um outro alargamento dos graus de classificação, com a criação do grau de *Imóvel de Interesse Municipal* (IIM), e também das categorias de bens, passando a considerar-se três (monumentos, conjuntos e sítios) com a implementação da Lei 13/85 e na sequência do determinado pela legislação internacional²². Muito edifícios monástico-conventuais foram assim classificados como IIM e alguns deles considerados como conjunto.

Os valores atribuídos a estes edifícios eram agora significativamente diferentes dos considerados no início do século XX. Para além disso, começou-se a atribuir valor à totalidade do edifício monástico, passando a valorar-se também os espaços onde os religiosos e as religiosas viviam, o espaço não-construído delimitado pela cerca monástica e todos os bens móveis que faziam parte do edifício. Isto levou a que as novas classificações, ao contrário das realizadas no início do

¹⁹ BERNARDES, MOREIRA, OLIVEIRA, 2014, p. 33.

²⁰ INE, 2020, p. 99.

²¹ CUSTÓDIO, 2008, p. 966.

²² Nomeadamente pela Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, UNESCO, 1972.



FIGURA 1 Mosteiro da Batalha (fotografia da autora, 2018).



FIGURA 2 Mosteiro de Alcobaça
(fotografia da autora, 2018).

FIGURA 3 Convento e Basílica de Mafra
(fotografia da autora, 2018).

século XX, passassem a incluir todos estes elementos e a que algumas das anteriores classificações fossem alteradas no sentido da ampliação do objeto alvo de proteção. Ou seja, em casos onde se havia classificado apenas um túmulo, uma capela, ou a igreja monástico-conventual, ampliou-se a classificação para integrar também a restante parte do edifício (as dependências), incluindo, nalguns dos casos, a cerca e os bens móveis integrados.

Para além disso, noutros casos, estas ampliações incluíram também as transformações que estes edifícios sofreram ao longo do século XIX e início do XX para receber novos usos. Um deles, por exemplo, foi o do Convento de Nossa Senhora de Jesus em Lisboa (fig. 4). Neste caso, estando a sua igreja classificada como IIP desde 1944²³, 50 anos depois a DGEMN propôs a classificação da totalidade do edifício conventual (Antigo Convento de Jesus), dois anos mais tarde a Direção Regional de Lisboa do IPPAR acrescentou à inicial proposta a Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora de Jesus, que fazia parte do complexo conventual, e finalmente, em 2006, esta mesma Direção juntou à proposta os restos da cerca conventual (incluindo a Igreja de Nossa Senhora de Jesus), a Academia das Ciências, o Museu Geológico e o Hospital de Jesus, instalados no recinto conventual depois da extinção das ordens religiosas. O processo de classificação deste complexo foi finalmente concluído em 2010 com a publicação da portaria que determinou a sua classificação como *Conjunto de Interesse Público* (CIP)²⁴. Conforme se pode ler nesta portaria, este conjunto foi classificado pelo «seu relevante valor arquitetónico intrínseco e dimensão complementar relativamente à Igreja de Nossa Senhora de Jesus, pela sua notável inscrição urbana, dimensão e integridade construtivas, vocação pública e ligação emblemática à História da Ciência em Portugal, bem como pelo valor incalculável dos seus espaços e espólios museológicos e bibliográfico»²⁵, ou seja, foi-lhe reconhecido um conjunto diversificado de valores.

²³ Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944.

²⁴ «Conjunto constituído pelo antigo Convento de Nossa Senhora de Jesus e restos da cerca conventual, incluindo a Igreja de Nossa Senhora de Jesus (também designada por Igreja Paroquial das Mercês), a Academia das Ciências, o Museu Geológico do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), a Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora de Jesus e o Hospital de Jesus». Portaria n.º 1176/2010, DR, 2.ª Série, n.º 248, de 24-12-2010.

²⁵ Portaria n.º 1176/2010, DR, 2.ª Série, n.º 248, de 24-12-2010.



FIGURA 4 Convento de Nossa Senhora de Jesus, Lisboa (fotografia de José Vicente, 2015, Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LPC/056/002719).

A revisão das classificações para incluir outros elementos e novos valores que as diferentes sociedades reconheceram nestes mesmos imóveis ao longo de mais de um século, apesar de ter sido concretizada neste e noutros casos (como veremos a seguir) encontra-se, porém, longe de estar terminada.

3. INTERVENÇÕES DE VALORIZAÇÃO E REUTILIZAÇÃO: UMA BREVE RETROSPETIVA (1970-2020)

3.1. ANTECEDENTES

Entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, mesmo antes do seu reconhecimento oficial como MN, diversos edifícios religiosos receberam obras de restauro, nomeadamente os edifícios românicos, góticos e manuelinos²⁶. Neste conjunto encontrava-se um grupo bastante significativo de antigos mosteiros e conventos, nomeadamente aqueles que haviam sido classificados em 1907, como por exemplo, o Mosteiro da Batalha, o de Alcobaça, o do Carmo e o dos Jerónimos em Lisboa, o de Santa Cruz de Coimbra, ou o Convento de Cristo em Tomar, que foram palco de algumas das obras mais emblemáticas desse período.

²⁶ ROSAS, 1995, p. 301.

O Mosteiro da Batalha, em particular, constituiu um marco fundamental na história do restauro arquitetónico em Portugal. Esta importante casa dominicana, fundada por D. João I em agradecimento pela vitória da batalha de Aljubarrota travada em 1385 e que lhe assegurou o trono e garantiu a independência de Portugal, começou a ser intervencionado em 1840, tendo sido alvo de uma das mais importantes obras de restauro realizadas em Portugal nesse período²⁷.

Outro caso paradigmático foi o Mosteiro dos Jerónimos, fundado por D. Manuel I no início do século XVI. A polémica intervenção neste complexo monástico serviu de mote para a discussão dos critérios de restauro que se encontravam em voga na Europa, nomeadamente dos advogados por Viollet-le-Duc, William Morris e Camillo Boito²⁸. Após a extinção das ordens religiosas, este edifício começou por receber obras de adaptação para a instalação da Casa Pia, que foram desenvolvidas entre 1835 e 1859 e consideradas de arquitetura revivalista. Pouco tempo depois, o seu claustro e a sua igreja foram alvo de obras de restauro, que decorreram até 1878 (fig. 5), tendo sido concluídas em 1935 sob a responsabilidade da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)²⁹.

Apesar destas importantes intervenções de conservação e restauro, grande parte dos imóveis classificados no início de Novecentos só viriam a ser intervencionados a partir da década de 30, naquele que foi o grande volume de obras empreendidas pela DGEMN no período do Estado Novo. As intervenções realizadas neste contexto atingiram o pico em 1940, ano da dupla Comemoração dos Centenários da Fundação e da Independência de Portugal, para a qual foi realizada uma vastíssima campanha de obras no património imóvel, com o objetivo de, através das ações de conservação e restauro, associar os feitos heroicos do passado ao momento de «restauração política» defendido à data, transformando assim o património num instrumento de propaganda política³⁰. Neste período, e apesar de o foco das intervenções ter sido, em grande medida, os castelos³¹, também muitas das antigas casas religiosas receberam obras de conservação e restauro.

²⁷ ROSAS, 1995; CUSTÓDIO, 2008.

²⁸ Sobre este assunto ver ROSAS, 1995 e CUSTÓDIO, 2008.

²⁹ ROSAS, 1995, pp. 313-318.

³⁰ NETO, 2001; CORREIA, 2015.

³¹ CORREIA, 2015.



FIGURA 5 Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa, 1878 [Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/SEX/000410].

Por regra, as intervenções realizadas neste contexto, eram feitas de acordo com os princípios do restauro estilístico e incluíam também ações de *desafogamento*, ou seja, de demolição das construções no entorno dos edifícios, seguidas pela definição de zonas de proteção, que garantiam não só o *congelamento* do monumento enquanto objeto isolado, mas também da intervenção entretanto realizada³². O mesmo aconteceu com a generalidade dos edifícios monástico-conventuais intervencionados nesta época.

Casos como o Convento de São Francisco de Santarém ou o Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro são dois dos exemplos das intervenções que caracterizaram este período. O primeiro, um importante convento franciscano fundado no século XIII e utilizado como quartel militar desde a extinção das ordens religiosas até ao final do século XX, tendo sido classificado como MN em 1917³³, apenas foi alvo de intervenções de restauro a partir da década de 50. As diversas campanhas de obras que este imóvel sofreu demoliram as construções efetuadas pelos militares e reconstruíram grande parte do edifício, nomeadamente a sua igreja (figs. 6 e 7). O segundo caso, um antigo convento de clarissas fundado no início do século XVI naquela cidade algarvia, e que havia servido como fábrica de cortiça depois da saída das freiras, foi classificado como MN em 1948³⁴, tendo sido adquirido pela Câmara Municipal de Faro nos anos 60. Neste contexto, foi alvo de intervenções da DGEMN com o propósito de aí instalar o Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique e a Biblioteca Municipal. Estas, para além de dotarem o edifício de espaços necessários ao funcionamento do museu, efetuaram um profundo restauro do imóvel, incidindo particularmente no seu claustro (figs. 8 e 9).

³² TOMÉ, 2002; CORREIA, 2015.

³³ Decreto n.º 3 027, DG, I Série, n.º 38, de 14-03-1917.

³⁴ Decreto n.º 37 077, DG, I Série, n.º 228, de 29-09-1948.



FIGURA 6 Convento de São Francisco em Santarém: antes intervenção da DGEMN (SIPA-DGPC, FOTO.00520540, 1948).



FIGURA 7 Convento de São Francisco em Santarém: depois da intervenção da DGEMN (fotografia da autora, 2018).

FIGURA 8 Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro: antes da intervenção da DGEMN. (SIPA-DGPC, FOTO.00173208, 1947).

FIGURA 9 Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro: depois da intervenção da DGEMN (fotografia da autora, 2005).



3.2. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A criação da Secretaria de Estado da Cultura em 1976, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, possibilitou a constituição, em 1980, de um novo organismo autónomo dedicado exclusivamente ao património: o Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Mais tarde, em 1992, este foi dividido em dois organismos com competências próprias para cada um dos sectores do património: o Instituto Português dos Museus (IPM) e o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR). Este último foi posteriormente (em 1997), subdividido em dois, quando se autonomizou o setor da arqueologia com a criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA), para em 2007 voltar a agregar-se num único organismo, o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR). Estas reformulações dos organismos públicos incluíram também a dissolução da DGEMN, um instituto com uma longa tradição de intervenção nos edifícios de valor patrimonial³⁵.

No decorrer deste período, as intervenções no património em Portugal encontravam-se assim a cargo de dois institutos em simultâneo: a DGEMN, na dependência do Ministério da Obras Públicas, e o IPPC (e os institutos que lhe seguiram nas décadas seguintes) na dependência do Ministério da Cultura. Mais recentemente, em 2012, um novo instituto – a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) – veio assumir integralmente as funções de «gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País» assim como a responsabilidade pela execução da «política museológica nacional»³⁶.

Foi neste quadro institucional que, no decorrer das últimas três décadas do século XX e das duas primeiras do século XXI, se desenvolveram diversos programas de intervenção no património construído, abrangendo muitos dos edifícios monástico-conventuais classificados.

³⁵ DGEMN, 1999; NETO, 2001.

³⁶ Decreto-Lei 115/2012 de 25 de maio, artigo 2º.

3.3. ALGUNS CASOS DE ESTUDO

3.3.1. MOSTEIRO DE SANTA MARINHA DA COSTA, GUIMARÃES: ADAPTAÇÃO A POUSADA (1977-1985)

Paralelamente à construção de pousadas de raiz, a DGEMN começou a realizar, a partir da década de 50, um conjunto de intervenções de adaptação de edifícios classificados a pousadas, no âmbito do programa de obras públicas do Estado. Ao longo das décadas seguintes, diversas estruturas monumentais foram incluídas neste programa, nomeadamente os edifícios fortificados e os monástico-conventuais. Tendo surgido no contexto da ditadura, este programa manteve-se ativo depois de 1974 com a criação da Empresa Nacional de Turismo (ENATUR) que ficaria responsável pela exploração das pousadas, ganhando um particular desenvolvimento na década de 90 e nomeadamente no que se refere à adaptação de edifícios com significado cultural³⁷.

No início deste século, a ENATUR acabou por ser privatizada, tendo as pousadas passado a ser geridas pelo Grupo Pestana. Nesta data, existiam em Portugal cerca de 40 pousadas, 18 das quais estavam instaladas em imóveis classificados, sendo que a maior parte destas (mais de 60%) resultaram da adaptação de edifícios monástico-conventuais. Eram, no total, 11 antigos mosteiros e conventos, aos quais se juntou, em 2006, o Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira, cuja adaptação se fez já sob a responsabilidade do Grupo Pestana.

O primeiro edifício deste vasto conjunto a ser intervencionado foi o Convento dos Lóios em Évora nos anos 60 do século XX, com projeto de Rui Ângelo Couto. Seguiu-se a intervenção no Convento da Ordem de Santiago, situado no Castelo de Palmela, com projeto de Rui dos Santos Castro Lobo, cuja inauguração data do ano de 1979. Paralelamente, desenvolveu-se o projeto para o Mosteiro de Santa Marinha da Costa em Guimarães, da autoria de Fernando Távora, que foi concluído em 1985. No decorrer dos anos 90, um considerável número de edifícios de antigos mosteiros e conventos foi adaptado a pousada. Nesta data foram intervencionados sete edifícios: o Convento de São Francisco em Beja, com projeto de

³⁷ LOBO, 2006.

Maia Rebelo e José Alves; o Mosteiro da Flor da Rosa no Crato (Portalegre), com projeto de João Luís Carrilho da Graça; o Convento de Nossa Senhora da Assunção em Arraiolos, com projeto de João Paulo dos Santos; o Mosteiro de Santa Maria do Bouro em Amares (Braga), com projeto de Eduardo Souto Moura; o Convento das Chagas de Cristo em Vila Viçosa, com projeto de João de Almeida e Pedro Pinto; o Convento de Aracoeli integrado no Castelo de Alcácer do Sal, com projeto de Diogo Lino Pimentel; e o Convento de Nossa Senhora da Boa Esperança em Belmonte (Castelo Branco) com projeto de Luís Rebelo de Andrade, inaugurado já na transição para o século XXI. Nos primeiros anos deste século, juntaram-se mais dois conventos ao conjunto. Um deles foi o Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento em Vila Pouca da Beira (Oliveira do Hospital) cujo projeto de adaptação ficou a cargo de António Monteiro³⁸, e outro foi o Convento Nossa Senhora da Graça em Tavira, cuja obra, com projeto de João Sousa Campos, foi efetuada quando as pousadas já pertenciam ao Grupo Pestana, conforme referimos anteriormente.

Esta tipologia arquitetónica assumiu assim, um particular protagonismo no âmbito deste programa de utilização do património cultural para fins turísticos. Três razões principais podem justificar esta prevalência. A primeira deve-se ao facto de grande parte destes edifícios se encontrarem sem uso, alguns deles praticamente desde a saída das ordens religiosas e outros por já terem perdido os usos que receberam no pós-extinção. A segunda prende-se com as características da sua localização. Os mosteiros e conventos assumiam posições privilegiadas, quer em meio urbano, encontrando-se inseridos em tecidos urbanos consolidados, muitas vezes também eles com valor cultural, quer em meio rural, usufruindo de agradáveis condições paisagísticas no seu entorno. Finalmente, a terceira razão refere-se às suas características arquitetónicas, quer em termos da sua dimensão, qualidades artísticas e programa funcional. Estes edifícios são estruturas complexas que, no geral, assumem grandes dimensões, sendo normalmente constituídas por espaços construídos e espaços não-construídos (as cercas ou hortas). Para além disso, têm um inegável valor artístico, independentemente da

³⁸ Esta pousada acabou por ser encerrada pelo Grupo Pestana em 2017.

sua época de construção e das várias reformulações que sofreram ao longo dos tempos, e, na maioria dos casos, o seu programa funcional responde diretamente às necessidades de funcionamento de um equipamento hoteleiro.

Dentro dos vários edifícios monástico-conventuais que foram adaptados neste contexto, um deles destaca-se particularmente. Trata-se do Mosteiro de Santa Marinha da Costa em Guimarães, cuja intervenção foi realizada com projeto do arquiteto Fernando Távora, entre os finais da década de 70 e a primeira metade da de 80 (fig. 10). Este mosteiro, que terá tido origem nos finais do século XI, foi entregue aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no segundo quartel do século seguinte, data em que foi reconstruído praticamente na totalidade. No século XVI ficou sob a responsabilidade dos monges Jerónimos, que mantiveram a posse do edifício até à extinção das ordens religiosas. Depois disso, o imóvel passou para a posse do Estado e foi vendido em hasta pública. Comprado por particulares, foi

FIGURA 10 Mosteiro de Santa Marinha da Costa, Guimarães (Câmara Municipal de Guimarães, fotografia de Paulo Pacheco, 2007).



utilizado como habitação e equipamento educacional ao longo de grande parte do século XX. Em 1936 foi classificado como IIP³⁹ e adquirido pelo Estado em 1972. Cinco anos depois tiveram início as obras para a sua adaptação a pousada que decorreram até 1985, data da inauguração da unidade hoteleira.

Para esta intervenção, Fernando Távora adquiriu um profundo conhecimento sobre a longa história do edifício, servindo-se dela como um instrumento de projeto. A introdução do programa funcional da pousada nos espaços do antigo mosteiro foi feita de forma praticamente «direta», fazendo coincidir, sempre que possível, os novos usos de cada espaço com as suas velhas funções. Dada a necessidade de aumentar a capacidade do edifício, o arquiteto projetou um novo corpo, de linguagem contemporânea, onde instalou um novo conjunto de quartos e infraestruturas, numa ampliação que procurou seguir os princípios do processo de crescimento dos edifícios monásticos. A sua obra assumiu-se assim como o continuar do processo histórico de transformação do antigo mosteiro, tendo a sua intervenção procurado a continuidade e não a rutura com o passado⁴⁰.

Segundo Alexandre Alves Costa, a metodologia de intervenção que Távora utilizou em Santa Marinha da Costa, baseada no profundo conhecimento da história e da arquitetura do edifício, transformou-se «numa espécie de regra fundamental» para as intervenções no património em Portugal⁴¹.

3.3.2. MOSTEIRO DE SÃO MARTINHO DE TIBÃES, BRAGA: NOVOS E «VELHOS» USOS (1987-2008)

Em resultado do Programa Operacional de Intervenções no Património delineado para a atuação do IPPAR entre 2001 e 2006, inserido no III Quadro Comunitário de Apoio, o Programa de Intervenção em Conjuntos Monásticos, tal como o nome indica, foi destinado especificamente à intervenção nesta tipologia, abrangendo «alguns dos mais destacados mosteiros e conventos portugueses»⁴² que se encontravam sob a responsabilidade do IPPAR. Ao todo, eram 19 antigos mosteiros e conventos distribuídos por todo o país, procurando-se, desta forma,

³⁹ Decreto n.º 26 450, DG, I Série, n.º 69, de 24-03-1936.

⁴⁰ TÁVORA, 1985.

⁴¹ FIGUEIRA, MOURA, 2018, p. 141.

⁴² CALADO, 2002, p. 3.



FIGURA 11 Mosteiro de São Martinho de Tibães, Braga [Mosteiro de Tibães, Direção Regional de Cultura do Norte, 2018].

equilibrar o investimento em termos regionais. Porém, dadas as características dos exemplares escolhidos, a maioria dos mosteiros selecionados para este programa situavam-se nas áreas mais a norte, nomeadamente nos distritos de Braga e Porto.

Na totalidade deste conjunto, destacavam-se ainda os chamados *pesos-pesados*⁴³ – os mosteiros dos Jerónimos, da Batalha, e de Alcobaça, e ainda o Convento de Cristo – que são também aqueles que integram a lista do Património Mundial. Estes *quatro magníficos*, constantemente alvo de obras, tiveram essencialmente trabalhos de manutenção, de requalificação dos espaços para o acolhimento de visitantes, e de introdução de valências funcionais dada a sua condição de «serviços dependentes» do então IPPAR.

⁴³ CALADO, PEREIRA, LEITE, 2002, p. 6

Os restantes 15 imóveis foram alvo de diversos tipos de ações, sendo que o programa contemplava intervenções quer ao nível da investigação, quer da conservação e restauro, quer ainda da valorização e da divulgação deste património. Deste último conjunto, destacam-se algumas intervenções emblemáticas. Uma delas foi a intervenção realizada no Mosteiro de São Martinho de Tibães, situado no concelho de Braga (fig. 11)⁴⁴. A fundação desta casa religiosa no local onde hoje se encontra terá ocorrido nos finais do século XI⁴⁵, altura em que adotou a regra beneditina. Depois de atravessar uma profunda crise que se iniciou em meados do século XIV, o mosteiro foi reformado na sequência do Concílio de Trento, assumindo a partir de 1567 o papel de Casa-mãe da Congregação de São Bento em Portugal. Estas novas funções ditaram um novo programa arquitetónico que começou a tomar forma a partir de 1628, reformulando por completo o edifício e também a sua cerca monástica depois de 1725. Após a extinção das comunidades religiosas, as dependências deste antigo mosteiro foram vendidas em hasta pública, enquanto a igreja se manteve ao culto. Parte do imóvel entrou posteriormente num processo de contínuo abandono e degradação, principalmente a partir da década de 70 do século XX.

Finalmente, em 1986 o edifício foi adquirido pelo Estado Português que deu início a algumas medidas no sentido da sua salvaguarda. Uma delas foi a proposta para alteração da sua classificação. Este edifício havia sido classificado em 1944 como IIP, com a designação de «Igreja e mosteiro de Tibães, fontes e construções arquitectónicas da respectiva quinta»⁴⁶, porém, em 1987 foi proposta a alteração da designação da classificação para «Igreja e Mosteiro, Cerca, Cemitério, Cruzeiro, fontes, construções arquitectónicas da respectiva quinta». Mais tarde, em 2013, a Direção Regional de Cultura do Norte propôs a sua reclassificação como MN, com a designação de «Mosteiro de Tibães», tendo posteriormente, em 2015, sido aberto procedimento não só para a sua reclassificação como MN e red denominação, mas também para a ampliação da classificação de forma a abranger todo o mosteiro, incluindo a cerca⁴⁷. Neste momento, aguarda-se a conclusão do processo e a

⁴⁴ IPPAR, 2000, pp. 139-144.

⁴⁵ MATA, 2011.

⁴⁶ Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944.

⁴⁷ Anúncio n.º 58/2015, DR, 2.ª série, n.º 67, de 7-04-2015.

publicação do decreto de classificação, que concretizará assim a ampliação da classificação a todos os espaços do antigo mosteiro (incluindo a sua cerca) e que consequentemente determinará o alargamento da sua Zona Especial de Proteção (ZEP).

Para além destas medidas de proteção, foram também levadas a cabo obras de conservação e restauro do imóvel. Assim, depois de algumas «obras ‘de salvação’ prioritárias», foi equacionada a sua reutilização. Neste caso, o programa de reuso adaptativo foi ganhando forma «à medida que se ia sedimentando o conhecimento profundo do espaço, da sua história e do homem que o viveu»⁴⁸. Em resultado disso, procurou-se a convivência entre os «velhos» e os novos usos, numa intervenção que abrangeu a totalidade do antigo mosteiro: igreja, dependências e cerca monástica. A igreja foi mantida ao culto. As antigas dependências monásticas – onde o Noviciado, a Ala Sul e o Claustro do Refeitório foram alvo de uma intervenção de recuperação e reabilitação com projeto dos arquitetos Paulo Freitas e Maria João Marques – receberam uma comunidade monástica, com a responsabilidade de gestão de uma hospedaria e de um restaurante; um museu (com espaços museológicos, um centro de estudos de ordens monásticas e jardins históricos); e ainda, oficinas de conservação e restauro. Finalmente, a cerca, cujos trabalhos de recuperação se iniciaram em 1987 com projeto da arquiteta paisagista Maria João Dias Costa, foi aberta à fruição pública, tendo um papel central nas atividades de divulgação e de interpretação, nomeadamente nas realizadas pelo Serviço de Educação⁴⁹.

3.3.3. MOSTEIRO DE SANTA CLARA-A-VELHA, COIMBRA: MUSEALIZAÇÃO DO ESPAÇO (1995-2009)

Outra das intervenções de destaque do Programa de Intervenção em Conjuntos Monásticos foi a levada a cabo no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra (fig. 12), sendo considerada, segundo os técnicos do IPPAR, como «uma das mais importantes revelações no quadro da arqueologia medieval e da conservação e revitalização monumental em Portugal, e ao que cremos, na Europa»⁵⁰.

⁴⁸ MATA, 2002, p. 85.

⁴⁹ LOUREIRO, 2020.

⁵⁰ IPPAR, 2000, p. 176.

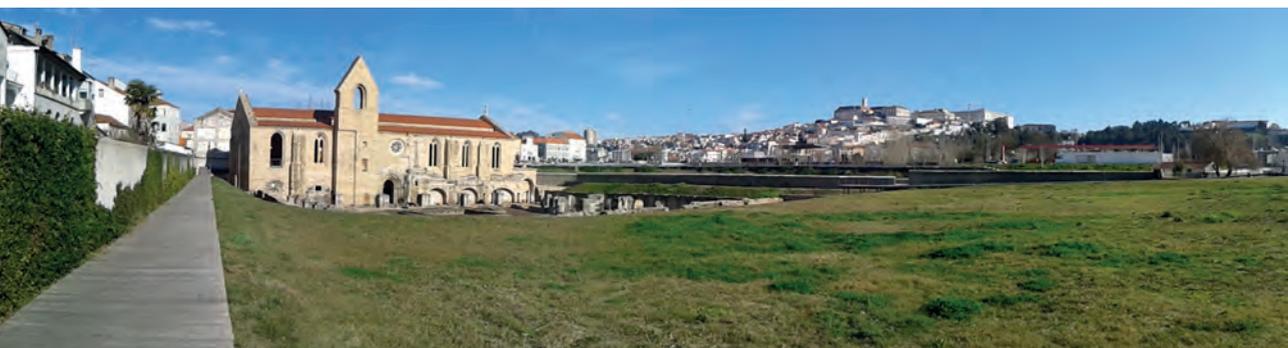


FIGURA 12 Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra (fotografia da autora, 2015).

A fundação Mosteiro de Santa Clara-a-Velha na cidade de Coimbra remonta aos finais do século XIII, tendo sido realizada por iniciativa de D. Mor Dias numa quinta situada na margem esquerda do rio Mondego, junto ao Convento de São Francisco. Face à oposição dos Cónegos de Santa Cruz, a casa acabou por ser extinta em 1311. Porém, três anos depois, D. Isabel de Aragão obteve licença do papa Clemente V para refundar o convento no mesmo local, dando início à sua construção em 1316, junto da qual edificou ainda um hospital e um paço onde se recolheu em 1325. Constantemente afetado pela subida das águas do Mondego, o edifício acabou por ser abandonado pelas freiras que no século XVII se mudaram para um outro imóvel construído num local mais alto, conhecido como Santa Clara-a-Nova. Aí se mantiveram até à extinção das ordens religiosas. Depois dessa data, o velho mosteiro de Santa Clara foi adquirido por particulares que o utilizaram como habitação e curral de animais.

A introdução deste imóvel na primeira lista de classificação em 1910 traduz a importância dada a esta antiga casa religiosa, nomeadamente pela sua associação à figura histórica da Rainha Santa. No entanto, este só viria a ser alvo de obras entre as décadas de 20 e 40 sob a responsabilidade da DGEMN que procurou devolver ao edifício a sua configuração primitiva⁵¹. Apesar das várias intervenções realizadas durante as décadas seguintes, o edifício manteve-se abandonado e

⁵¹ CÔRTE-REAL *et al.*, 2002, p. 24.

parcialmente submerso sob as águas do Mondego. Finalmente, em 1989, o IPPC lançou um concurso para a valorização do conjunto. Porém, o projeto vencedor, que previa a manutenção da água envolvendo a igreja conventual, não chegou a ser executado face aos resultados da campanha de escavações arqueológicas iniciadas em 1995, que permitiram a exumação de importantes elementos para o conhecimento desta antiga casa religiosa.⁵² Este facto, levou à definição de um novo projeto de valorização em 2004, da autoria dos arquitetos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, que contemplou a manutenção da ruína (da igreja e também do claustro), a continuação das escavações arqueológicas, a construção de um novo edifício para receber um Centro Interpretativo (fig. 13) – que inclui auditório, loja, laboratórios, depósitos de materiais e espaços pedagógicos – e a definição de circuitos de visita no espaço da antiga cerca conventual.



FIGURA 13 Centro de Interpretação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra (fotografia da autora, 2015).

⁵² MACEDO, 2002.

A investigação efetuada pela vasta campanha de escavações arqueológicas realizadas no edifício, permitiu um maior conhecimento do antigo mosteiro e da vivência das religiosas. Este conhecimento determinou a alteração do projeto de valorização e forneceu os conteúdos para a definição do programa museológico⁵³. Para além disso, obrigou também à alteração da classificação do imóvel, através da ampliação dos elementos classificados. Assim, a classificação efetuada em 1910, com a designação de «Mosteiro de Santa Clara primitivo [ruínas]», que contemplava apenas a igreja conventual, foi ampliada para incluir a totalidade do antigo convento, «designadamente a igreja, o claustro principal, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a sala do capítulo e, ainda, parte das estruturas pertencentes a um segundo claustro», de acordo com uma proposta efetuada em 2006 e concluída em 2012. A publicação deste decreto determinou assim, a ampliação da classificação deste imóvel, atendendo ao seu interesse «como testemunho simbólico e religioso, ao seu valor estético e à conceção arquitetónica», juntamente com a alteração da sua designação para «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha».⁵⁴

3.3.4. CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO DESTERRA, LISBOA: DIVERSIDADE DE USOS (2013-...)

Ao mesmo tempo que desenvolve iniciativas para a valorização de edifícios com significado cultural, afetando-os a novos usos, o Estado Português cria condições para que muitos outros fiquem ao abandono, sem assegurar previamente as condições para a sua reutilização para outros fins. Foi o que aconteceu no caso da Colina de Santana em Lisboa, para onde se determinou a desativação de um número significativo de hospitais que durante cerca de dois séculos funcionaram em edifícios monástico-conventuais.

Com a intenção de reformular os serviços hospitalares, centralizando-os num grande hospital na zona oriental da cidade, o Estado determinou o

⁵³ Parte do espólio recuperado no âmbito das escavações arqueológicas, realizadas entre 1995 e 2000, encontra-se incluído na exposição permanente «Freiras e Donas de Santa Clara: Arqueologia da Clausura» do Centro Interpretativo. CÔRTE-REAL, 2009.

⁵⁴ Decreto n.º 31-A/2012, DR, 1.ª série, n.º 252 (suplemento), de 31-12-2012 [ampliou a área classificada e alterou a designação para «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha»].



FIGURA 14 Convento de Nossa Senhora do Desterro, Lisboa (fotografia de José Vicente, 2014, Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LPC/033/001719).

encerramento do conjunto dos hospitais existentes nessa área, que funcionavam em edifícios de antigos mosteiros e conventos, entre eles encontram-se o Hospital de São José (instalado desde o século XVIII no Colégio de Santo Antão-o-Novo), o Hospital de Santo António dos Capuchos (instalado desde 1928 no convento com o mesmo nome, que desde a extinção das ordens religiosas servia como Asilo da Mendicidade de Lisboa), o Hospital de Santa Marta (instalado no convento com o mesmo nome, que na transição entre os séculos XIX e XX começou a ser utilizado para fins hospitalares), o Hospital Miguel Bombarda (instalado no Convento de São Vicente de Paula, que recebeu os primeiros doentes em 1848) e o Hospital do Desterro (instalado no Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro que iniciou funções hospitalares na segunda metade do século XIX). Deste conjunto, o Hospital do Desterro foi o primeiro a ser desativado, tendo sido encerrado em 2007, depois de ter servido como hospital por mais de 150 anos.

A primeira pedra para a fundação do Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro (fig. 14), de monges cistercienses, foi lançada em 1591. O projeto ficou, no entanto, incompleto e no início do século XVIII a igreja ainda estava por concluir. No decorrer desse século foi por duas vezes utilizado para funções hospitalares: em 1750, uma parte do edifício foi provisoriamente ocupada com serviços

do Hospital Real de Todos-os-Santos e em 1796 acolheu parte das instalações do Hospital da Marinha. No início de Oitocentos começou por servir como quartel militar e depois acolheu os órfãos da Casa Pia, e no século seguinte, após a saída dos monges, teve uma diversidade de usos: foi Sala de Audiências, escola, alojamento de famílias carenciadas, anexo do Hospital de São José e do Colégio Militar, quartel e aula régia. Deste conjunto de diferentes utilizações, destaca-se a sua função hospitalar, inicialmente na dependência do Hospital de São José. Tendo sido, por diversas vezes, alvo de intenções de reforma entre os séculos XIX e XX⁵⁵, o Hospital do Desterro acabou por ser encerrado no início do século XXI, no contexto da reformulação dos serviços hospitalares da capital, não tendo qualquer grau de classificação.

Em 2007 integrou a Parpública, uma empresa do Estado, tendo sido posteriormente adquirido pela Estamo que, em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa e a empresa Mainside, delineou um projeto de intervenção para o edifício. Neste contexto, em 2013, foram realizadas algumas operações de limpeza e de demolição das compartimentações dos espaços feitas em função das necessidades da sua utilização hospitalar. Estas revelaram-se de extrema importância para a interpretação dos valores artísticos do antigo mosteiro. Dois anos depois, com base nos valores identificados, foi apresentado um projeto da responsabilidade do gabinete do arquiteto Pedro Domingues, que pretendeu «reabrir e libertar os espaços» para acolher novas funções, mas sem «apagar totalmente a história mais recente do edifício»⁵⁶, dando também continuidade ao processo de conhecimento do edifício iniciado em 2013. Para tal, o projeto previu a criação de um campo arqueológico, aberto em permanência para possibilitar e aprofundar o estudo do antigo mosteiro, e integrado num conjunto diversificado de novos usos planeados para o edifício, que abrangem a hotelaria, a restauração, a saúde e o comércio, e cujo programa de instalação assenta em duas ideias chave: uma é abrir o antigo Mosteiro e Hospital à cidade; e outra é a reversibilidade dos novos elementos e usos. Porém, depois de ter a abertura dos primeiros espaços prevista para 2019, o projeto estagnou, estando as obras atualmente paradas.

⁵⁵ SOARES *et al.*, 2020, pp. 144-154.

⁵⁶ SOARES *et al.*, 2020, p. 157.

NOTAS FINAIS

Ao longo dos últimos 150 anos, os valores que cada sociedade atribuiu aos edifícios monástico-conventuais sofreram consideráveis alterações. Em resultado disso, não só o número dos imóveis que foram classificados aumentou exponencialmente, nomeadamente a partir da década de 80 do século XX, como também algumas das iniciais classificações foram ampliadas para incluir partes dos edifícios que antes não haviam sido consideradas. A atualização das classificações em função dos novos valores atribuídos a estes edifícios, sendo necessária, tem sido feita de forma casuística, tornando-se, portanto, urgente alargá-la a um maior conjunto de imóveis.

A identificação do significado cultural de cada bem – entendido como o conjunto de valores que este tem para uma determinada comunidade ou para a sociedade em geral⁵⁷ – é, não só a base para o seu reconhecimento como bem cultural, através da sua classificação, como também deve servir de suporte a todo o seu processo de gestão e valorização. Assim, as abordagens baseadas nos valores culturais, quer no âmbito da gestão, quer da conservação do património, são atualmente reconhecidas como fundamentais para guiar qualquer intervenção⁵⁸. Neste sentido, a desatualização dos valores oficialmente reconhecidos em cada um dos imóveis coloca desafios não só à sua proteção⁵⁹, como também à tomada de medidas para a sua valorização.

Os valores culturais de determinado bem são identificados a partir do conhecimento das suas características particulares e das relações que mantêm com o meio e com a comunidade onde estão inseridos. Este conhecimento é, por sua vez, possibilitado pela investigação, que é no fundo a base da cadeia das diferentes ações da gestão do património e também de cada uma delas individualmente.

Os casos analisados, que recorrem – ainda que de modo bastante sintético – as intervenções de reutilização levadas a cabo nos edifícios monástico-conventuais desde as últimas três décadas do século XX até à atualidade são

⁵⁷ BOND, WORTHING, 2008.

⁵⁸ AVRAMI *et al.*, 2020.

⁵⁹ MARADO, 2007.

alguns dos exemplos em que o conhecimento funcionou como princípio orientador nos diferentes níveis da gestão do património, como por exemplo: i) ao nível da classificação, determinando a sua revisão em função da adição de novos elementos e valores; ii) ao nível das intervenções de conservação e restauro, determinando até a alteração de obras anteriormente previstas; iii) ao nível da reutilização, sendo fundamental para definir os novos usos a introduzir nos edifícios ou servindo como ferramenta para o projeto de implementação desses usos (quando estes estavam definidos à partida); iv) ou ainda, ao nível das atividades de difusão e de interpretação, fornecendo conteúdos para programas museológicos ou para a elaboração de atividades de divulgação do património em diversos âmbitos. Porém, nalguns destes casos – como, no geral, em muitos outros – a investigação tende a centrar-se no aprofundamento do conhecimento sobre os valores *tradicionalmente atribuídos*⁶⁰ ao património imóvel – como o histórico e o estético – ignorando outros potencialmente significativos e que, face à falta de revisão das classificações, muitas vezes não se encontram sequer identificados, como é o caso, por exemplo, dos valores sociais. Torna-se, portanto, necessário uma maior articulação entre os primeiros, que são essencialmente interpretados na esfera dos *especialistas do património* e os segundos, que envolvem as comunidades e se relacionam como os usos contemporâneos do património cultural⁶¹.

⁶⁰ AVRAMI, MASON, 2020.

⁶¹ SMITH, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRAMI, E.; MacDONALD, S.; MASON, R.; MYERS, D. (ed.) (2020). *Values in Heritage Management: Emerging Approaches and Research Directions*. Los Angeles: Getty Conservation Institute Publications.
- AVRAMI, E.; MASON, R. (2020). «Mapping the Issue of Values». In AVRAMI, E.; MacDONALD, S.; MASON, R.; MYERS, D. (ed.). *Values in Heritage Management: Emerging Approaches and Research Directions*. Los Angeles: Getty Conservation Institute Publications.
- BERNARDES, J.; MOREIRA, R.; OLIVEIRA, L. (ed.) (2014). *Património e Território: Relatório Final*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura – GEPAC.
- BOND, S.; WORTHING, D. (2008). *Managing Built Heritage: The Role of Cultural Significance*. Oxford: Blackwell Publishing
- BRANCO, R. L. S. (2010). «Hospital do Desterro: um mosteiro desterrado». *Pedra & Cal*, n.º 46, pp. 10-12.
- CALADO, L. F. (2002) «Editorial». *Revista Património/Estudos*, n.º 2 – Intervenções em Conjuntos Monásticos, p. 3.
- CALADO, L.; PEREIRA, P.; LEITE, J. (2002). «O regresso dos monges. Intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos.» *Revista Património/Estudos*, n.º 2, pp. 5-22.
- CORREIA, L. (2015). *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo: Da definição de um projecto à memorização de um legado*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.
- CÔRTE-REAL, A.; SANTOS, P. C.; MOURÃO, T.; MACEDO, F. P. (2002). «Intervenção no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra». *Estudos/Património*, n.º 2, pp. 23-32.
- CORTE-REAL, A. (2009). «Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: Contemporaneidade e Passado... O Sítio devolvido à cidade e ao País». *Pedra & Cal*, n.º 42, pp. 29-31.
- CUSTÓDIO, J. (2008). *'Renascença' Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento.
- DGEMN (1999). *Caminhos do património: 1929-1999*. Lisboa: DGEMN.
- FIGUEIRA, J.; MOURA, C. M. (2018). *Físicas do património português: arquitetura e memória. Catálogo da exposição Museu de Arte Popular*. Lisboa: DGPC.
- FRANCO, J. E.; MOURÃO, J. A.; COSTA, A. C. da G. (dir.) (2010). *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- INE (2020). *Estatísticas da Cultura: 2019*. Lisboa: INE.
- IPPAR (2000). *Património: balanço e perspectivas (2000-2006)*. Lisboa: IPPAR.
- LOBO, S. (2006). *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- LOUREIRO, J. F. (2020). «Percurso e desafios da mediação no Mosteiro de São Martinho de Tibães». In DUARTE, A. (ed.), *Seminários DEP/FLUP*, vol. 1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, pp. 62-97.

- MACEDO, F. P. (2002). «Santa Clara-a-Velha, à procura de um mosteiro perdido». In *Conversas à volta dos conventos*. Évora: Casa do Sul Editora, pp. 95-108.
- MARADO, C. A. (2007). *Patrimonio conventual y periferia urbana. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Sevilha: Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidade de Sevilha. Tese de Doutoramento em Arquitetura.
- MARADO, C. A. (2010). «Do sagrado ao profano: o processo de atribuição de um uso às antigas casas regulares do Algarve». *Promontoria*, 7/8, pp. 289-307.
- MARADO, C. A., ed. (2014). *CES Contexto Debates*, 6 (Monastic architecture and the city). Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- MATA, A. R. da (2002). «Fragmentos do Mosteiro de São Martinho de Tibães». *Estudos/ Património*, n.º 2, pp. 80-85.
- MATA, A. R. da (2011). «Vidas na vida de um mosteiro». *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga*, n.º 7, pp. 87-168.
- NETO, M. (2001). *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP.
- ROSAS, L. (1995). *Monumentos Pátrios: A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Porto: Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.
- SILVA, A. M. (1984a). «A venda dos bens nacionais: a carta de lei de 15 de Abril de 1835. Aspectos introdutórios e gerais». *Revista Portuguesa de História* (XIX), pp. 59-115.
- SILVA, A. M. (1984b). «A Venda dos Bens Nacionais: a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835: Aspectos económico-geográficos. Os resultados estatísticos». *Revista Portuguesa de História* (XX), pp. 155-221.
- SILVEIRA, L. (1980). «A Venda dos Bens Nacionais (1834-1843): Uma Primeira Abordagem». *Análise Social* (61-62), pp. 87-110.
- SMITH, L. (2006). *Uses of Heritage*. London: Routledge.
- SOARES, C. M.; NETO, M. J.; PASCOAL, A. M.; CUNHA, J. A. (2020) «Da Nossa Senhora do Desterro de Lisboa: depois de convento e hospital, que futuro?». *ARTisDN*, n.º 10, pp. 140-160
- SOUSA, B., ed. (2005). *Ordens Religiosas em Portugal das origens a Trento*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TÁVORA, F. (1985). «Pousada de Santa Marinha: Guimarães». In *Boletim da DGEMN*, n.º 130. Lisboa: DGEMN.
- TOMÉ, M. (2002). *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP.